

ATA/RELATÓRIO DA REUNIÃO COM EQUIPE DE LIDERES AMPLIADA – 16.04.2013

Ata da 6ª Reunião da equipe de Líderes Ampliada do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Aos 16 dias do mês de abril do ano 2013, na sala de reuniões da COGES, no Anexo II, ocorreu a reunião dos membros da equipe de líderes ampliada para conhecimento dos resultados atingidos na 5ª Reunião de Análise da Estratégia da equipe de Líderes de planejamento do TJ/TO e deliberação sobre os projetos estratégicos que compõe o portfólio do Planejamento Estratégico. Às 15:20 horas, o Diretor-Geral, Flávio Leali Ribeiro, declarou aberta a reunião, apresentando a pauta da reunião, e menciona sobre o orçamento, que é finito, e as demandas não. Explica que o cenário é favorável e o foco é produção, sendo que a sociedade quer resultados. Fala ainda sobre inicialização do Planejamento Estratégico, como pensamento da gestão, no ano de 2006.

O Coordenador da COGES explanou que todos os projetos seriam apresentados na reunião. Mencionou que os participantes contribuiriam nas apresentações. Em sequência apresentou o vídeo “macacos na jaula”. O vídeo demonstra a necessidade da quebra de paradigmas. Trazendo para a realidade do ambiente de trabalho, mostrou a importância das pessoas não serem passivas. Devem argumentar e solicitar informação e o porquê da execução dos trabalhos. Em seguida apresentou um vídeo sobre a RAE (exemplo prático demonstrando a metodologia e o conceito da reunião de avaliação da estratégia), ressaltando a importância do PDCA.

Em sequência, servidora da COGES apresentou, de forma sucinta, o programa GPWEB informando a localização do sistema no site do TJTO para os participantes. Ao final da apresentação solicitou ao Diretor Geral autorização para apresentar o programa, em data oportuna, detalhadamente, para todos os Diretores do Tribunal, a qual foi autorizada.

A seguir apresentamos em temas do Planejamento Estratégico conforme foram debatidos:

1 – TEMA ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO

A meta que mede o cumprimento dos objetivos que compõem o tema Alinhamento e Integração é:

Meta	Resultado do cumprimento
Meta 23 – Implementar pelo menos uma prática de gestão de outro tribunal.	100,00%

COMENTÁRIOS

Dentro do tema alinhamento e integração foi tratado sobre o seguinte objetivo: Fortalecer a cultura do planejamento, com ênfase na gestão participativa e na interação dos tribunais.

Alinhado a este objetivo encontram-se os projetos estratégicos GESPÚBLICA e Monitoramento de Metas.

Foi apresentado o projeto GESPÚBLICA e foi informado que está aguardando adesão deste Tribunal junto ao Ministério do Planejamento, através da entidade âncora Ministério Público.

Apresentou-se também a conclusão das etapas do projeto 27 – Monitoramento de Metas. O projeto tratou das atividades executadas para implantação do planejamento estratégico 2010-2014 do TJ-TO, desde sua concepção e aprovação da Resolução nº 21/2009 até a consolidação do GPWEB, produto final utilizado para o monitoramento das metas estratégicas.

DELIBERAÇÕES

- O projeto GESPÚBLICA está aguardando encaminhamento à Presidência para adesão.
- Foi aprovado o encerramento do projeto 27 - Monitoramento de metas.

2 – TEMA EFICIÊNCIA OPERACIONAL

As metas que medem o cumprimento dos objetivos que compõem o tema Eficiência Operacional são:

Meta	Resultado do cumprimento
Meta 07 – Reduzir em 0,20% ao ano a taxa de congestionamento na fase de conhecimento	95,22%
Meta 09 - Aumentar em 0,20% ao ano a produtividade do Magistrado	100%
Meta 11 - Aumentar para 0,20 % ao ano o atendimento à demanda	70,20%
Meta 12 – Aumentar em 0,20% ao ano o percentual de processos finalizados em até um ano, por instância, do protocolo à sentença (conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (execução), até 2014	0%
Meta 13 – Baixar em 0,20% ao ano o índice de processos antigos	100%
Meta 14 – Obter 65% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão	0%
Meta 15 – Aumentar para 100% o índice de virtualização dos processos novos	100%
Meta 16 – Publicar 100% dos acórdãos dentro do prazo padrão (10 dias)	100%
Meta 17 – Diminuir para R\$ 2.490,00 o valor da despesa por processo	92,68
Meta 18 – Aumentar para 6,56% a relação receita/despesa	95,71
Meta 19 – Reduzir em 3% o consumo de papel	100%
Meta 20 – Reduzir em 2% o consumo de água	80,69%
Meta 21 – Reduzir em 2% o consumo de energia	96,46%
Meta 46 – Reduzir em 2% o consumo de telefone	100%

COMENTÁRIOS

Dentro do tema eficiência operacional foi tratado sobre os seguintes objetivos: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais e Otimizar as rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos com ênfase na gestão participativa e na interação dos tribunais.

Alinhado a estes objetivos encontram-se os projetos estratégicos: Mapeamento e redesenho dos processos judiciais; virtualização do acervo de jurisprudência, acórdão, indexação; mapeamento e redesenho dos processos administrativos; SEI; e-PROC; disseminação de parcerias e A3P.

Em relação ao percentual de processos finalizados em até um ano (meta 12), o gestor explica a impossibilidade de medição desta meta, até o momento, mencionando que será possível após um determinado tempo de implantação do EPROC.

A meta 14 não está sendo medida. Está em andamento o projeto de mapeamento e redesenho dos processos administrativos da Diretoria Administrativa. Um dos resultados será a otimização dos processos de aquisição de bens e serviços. Mediante um diagnóstico parcial e com o objetivo de chegar ao nível de atividades, haverá envolvimento de todas as Diretorias. A proposta de entrega do projeto é um manual das rotinas administrativas e conseqüentemente melhoria na qualidade de desempenho das tarefas, com redução do tempo de realização das atividades e aumento da produtividade.

Quanto ao índice de virtualização dos processos novos (meta 15), houve êxito na aplicação desta meta.

O Diretor Geral explicou como funciona a relação receita/despesa (meta 18).

A Diretoria Administrativa acompanha o consumo de papel, de água e de energia, metas 19, 20 e 21 respectivamente. O intuito é de buscar sugestões e analisar métodos e ações para cumprimento das metas em busca do objetivo estratégico e eficiência da Administração Pública. Como exemplo foi citado o projeto que a DIADM está executando em parceria com a Saneatins, para identificar e melhorar o consumo de água, e o projeto A3P.

Houve elevação do valor da despesa por processo (meta 17), conforme explanado pelo Coordenador da COGES. A meta não está sendo atingida. Neste quesito, o impacto do aumento da folha de pagamento foi relevante.

No consumo de telefone, estipulado na meta 46, está sendo amplamente cumprida, especialmente com a utilização do sistema de mensagens spark e a implantação do projeto SEI. Na segunda instância o SEI está totalmente implantado. Nas Comarcas ficou restrita a implantação nas Diretorias dos Fóruns.

Houve exposição, pela DTINF, sobre o andamento e evolução dos sistemas SEI e e-PROC, bem como as intenções para monitorar o andamento dos resultados. Tendo em vista que o sistema SEI está implantado, o projeto está concluído, devendo sofrer apenas manutenções e intervenções periódicas como uma atividade permanente.

Houve também apresentação pela DTINF das novas funcionalidades para o sistema e-Proc, nos próximos 2 anos, de acordo com a necessidade do Poder Judiciário. A fase de implantação está concluída. Assim, o projeto passa a ser uma atividade.

DELIBERAÇÕES DO TEMA

Aumento da meta 11 referente ao atendimento da demanda de 0,20% para 0,30% ao ano – para aprovação na RAE.

Mapeamento do fluxo judicial pela Diretoria Judiciária no 2º grau até dezembro/2013, visando definir fluxo (seqüencialidade) do processo.

Mapeamento do fluxo judicial no 1º grau - levar para RAE, para aprovação de um juiz coordenador (Corregedoria), visando definir fluxo (seqüencialidade) do processo.

Implantação do sistema de gestão de pessoas no Poder Judiciário pela DIGEP com aproveitamento dos estudos e análises feitas para implantação do programa EGESP.

O consumo de água, meta 20, permanece a mensuração por meio de quantidade de servidores por Comarca (per capita), fórmula estabelecida pelo CNJ.

Projeto estratégico SEI – requer regulamentação para extensão do sistema, com treinamento dos usuários e estabelecimento de ferramentas facilitadoras.

Apresentado o encerramento do Projeto de implantação do SEI. Aguardando a formalização do Termo de Encerramento do projeto pela DIADM.

Quanto ao projeto estratégico de implantação do e-PROC, fica finalizado nesta RAE com suas etapas cumpridas e aguardando a formalização do Termo de Encerramento do projeto pela DTINF.

A proposta do gestor do projeto de mapeamento das rotinas de trabalho (Diretoria Administrativa) é a entrega de um manual das rotinas administrativas.

Deverá ser elaborado plano de aquisição integrado a estratégica em atenção a Recomendação nº 3 do CNJ – Responsáveis: Diretor Administrativo e o servidor Écio Marques.

3 – RESPONSABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL

A meta que mede o cumprimento do objetivo que compõe o tema Responsabilidade sócio-ambiental é:

Meta	Resultado do cumprimento
Meta 28 - Aumentar em 10% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos Projetos sociais	100%

COMENTÁRIOS

Dentro do tema responsabilidade sócio-ambiental foi tratado sobre o seguinte objetivo: Promover ações de responsabilidade social e ambiental, com ênfase na gestão participativa e na interação dos tribunais.

Alinhado a este objetivo encontra-se o projeto estratégico A3P.

Quanto ao número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, o atingimento superou os 10% almejados pela meta 28.

4 – ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

As metas que medem o cumprimento dos objetivos que compõem o tema Atuação Institucional são:

Meta	Resultado do cumprimento
Meta 01 – Aumentar em 10% o índice de parcerias estratégicas	100%
Meta 02 – Disponibilizar 100% das informações orçamentárias e financeiras	100%
Meta 03 – Aumentar em 7% o nº de inserções institucionais na mídia	100%
Meta 04 – Obter 70% de matérias institucionais positivas na mídia	100%
Meta 05 – Obter 60% de satisfação do usuário	0%
Meta 06 – Obter 95% de reclamações atendidas até 2014	91,62%

COMENTÁRIOS

Dentro do tema Atuação Institucional foi tratado sobre os seguintes objetivos: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições; Zelar pela imagem institucional do Tribunal de Justiça do Tocantins perante a sociedade e Buscar continuamente a satisfação dos usuários, com ênfase na gestão participativa e na interação dos tribunais.

Alinhado a estes objetivos encontram-se os projetos estratégicos: Disseminação de parcerias, Plano de Comunicação e Programa processos virtuais.

O Projeto Pesquisa de Clima Organizacional, inserido dentro do Programa Estratégico Qualidade de Vida, foi sucintamente explicado pela DIGEP. Explanou-se como será a realização da pesquisa e como trabalhar com os resultados encontrados para cumprimento das metas estratégicas e outras finalidades da diretoria.

Foi solicitado apoio aos membros do sindicato e associação para auxiliarem na divulgação da pesquisa, sobre a importância do preenchimento do questionário por todos os servidores.

Houve a apresentação do Programa Estratégico Processos Virtuais, pontuando sua composição, ações, projeto e atividades, sendo confirmada pela ESMAT a capacitação solicitada.

Apresentação pela CECOM do Plano de Comunicação, mencionando as fases e etapas do projeto a ser implantado.

DELIBERAÇÕES DO TEMA

Projeto Programa Processos Virtuais – confirmação de capacitação pela ESMAT.

Diretor Geral estabelece a todos os diretores o envio de 3 cursos nas competências estratégicas em ordem de prioridades até o dia 19.04.2013 por meio do SEI nº 13.0.0000.33971-1 para ESMAT.

Transformar o Plano de Comunicação em projeto estratégico.

5 – ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

As metas que medem o cumprimento dos objetivos que compõem o tema Acesso ao Sistema de justiça são:

Meta	Resultado do cumprimento
Meta 24 – Aumentar para 44% os municípios atendidos pelo Poder Judiciário até 2014	100%
Meta 25 – Reduzir em 0,20% ao ano a taxa de congestionamento na fase de execução	93,01%

Meta 27 – Aumentar em 248 o número de pessoas capacitadas em mediação e conciliação	100%
--	------

COMENTÁRIOS

Dentro do tema Acesso ao Sistema de Justiça foi tratado sobre os seguintes objetivos: Facilitar acesso à Justiça; Promover efetividade no cumprimento das decisões e Incentivar meios de solução não adversarial de conflitos, com ênfase na gestão participativa e na interação dos tribunais.

Alinhado a estes objetivos encontram-se os projetos estratégicos: Projetos de obras, Gestão de cursos e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, e-Proc, Gestão por competência e Programa Qualidade de Vida.

O Projeto de Criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, que está em fase de aprovação na Presidência, auxiliará para que a meta 27 mantenha um bom desempenho.

DELIBERAÇÕES DO TEMA

Inclusão da meta 48 do PPA – Índice de acordos homologados - no portfólio de metas do Planejamento Estratégico.

6 – ORÇAMENTO

As metas que medem o cumprimento dos objetivos que compõem o tema Orçamento são:

Meta	Resultado do cumprimento
Meta 43 - Disponibilizar 10% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas	100%
Meta 44 - Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal	13,87%
Meta 45 - Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento.	89,51%

COMENTÁRIOS

Dentro do tema Orçamento foi tratado sobre os seguintes objetivos: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução das estratégias e Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis, com ênfase na gestão participativa e na interação dos tribunais.

Alinhado a estes objetivos encontram-se os projetos estratégicos: Implantação de software de gestão orçamentária e financeira do TJTO e acompanhamento do FUNJURIS.

Apresentação pelo Diretor Geral sobre a reprogramação orçamentária, com foco nos resultados.

O Diretor Financeiro explica que não há ligação do sistema orçamentário com o planejamento.

Apresentação sobre importância da disponibilidade orçamentária x projetos estratégicos, ou seja orçamento relacionado alinhado com os projetos.

DELIBERAÇÕES DO TEMA

Sobrestamento do sistema de gestão orçamentária e financeira.

Apresentação na próxima reunião do novo projeto de reestruturação do FUNJURIS.

7 – GESTÃO DE PESSOAS

As metas que medem o cumprimento dos objetivos que compõem o tema Gestão de Pessoas são:

Meta	Resultado do cumprimento
------	--------------------------

Meta 29 – Alcançar 70% das metas até 2014	61,67%
Meta 30 – Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014	0%
Meta 31 – Gerenciar 100% do absenteísmo	0%
Meta 32 – Aumentar para 80% o índice de prevenção de saúde	0%
Meta 33 – Aumentar para 81% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014	100%
Meta 34 – Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação (sobrestado)	0%
Meta 35 – Aplicar 0,90% do valor do orçamento executado em capacitação	85%

COMENTÁRIOS

Dentro do tema Gestão de Pessoas foi tratado sobre os seguintes objetivos: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores e Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia, com ênfase na gestão participativa e na interação dos tribunais.

Alinhado a estes objetivos encontram-se os projetos estratégicos: Gestão por Competência, Gestão de Cursos e Programa Qualidade de Vida.

A gestora do projeto Gestão por Competência solicitou auxílio aos Diretores para execução do projeto, mencionando que este contribuirá para atingir todas as metas deste tema.

Sobre o absenteísmo (meta 31) a DIGEP informa que a solução é a implantação do sistema de gestão de pessoas. Para cumprimento da meta será inicialmente realizado uma lista de frequência nas unidades do Judiciário, solicitando o envio mensalmente pelos Diretores dos Fóruns ou responsáveis nas unidades.

O Programa estratégico - Qualidade de vida, será priorizado na Gestão de Pessoas com 3 projetos: 1 - Preparação para aposentadoria, 2 - Clima organizacional, e 3 - Projeto Educação Financeira. Houve uma explicação sobre os objetivos propostos do projeto e que estes auxiliarão no cumprimento das metas 29 a 32.

DELIBERAÇÕES DO TEMA

O Diretor Geral sugere um módulo de capacitação do planejamento estratégico para os Diretores dos Fóruns para atingir o objetivo e suas respectivas metas 29 e 30.

A Diretora Executiva da ESMAT propõe que a meta 34 volte a ser monitorada.

O Projeto estratégico 13 - Gestão por Competência – O gestor informou que pretende finalizar o mapeamento do Tribunal e da Comarca de Araguaína até setembro/2013.

8 – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

As metas que medem o cumprimento dos objetivos que compõem o tema infraestrutura e tecnologia são:

Meta	Resultado do cumprimento
Meta 36 - Atender 40% dos padrões mínimos de TI, até 2014	100%
Meta 37 – Aumentar para 100% as unidades consideradas seguras	100%
Meta 38 – Aumentar para 45% o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas	0%
Meta 39 – Atender 50% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais	0%
Meta 40 – Alcançar 40% das metas do PETIC (sobrestada)	0%

Meta 41 – Aumentar para 100% o índice de disponibilidade de equipamentos	99,60%
Meta 42 – Aumentar para 100% o índice de disponibilidade e estabilidade dos sistemas (sobrestada)	0%
Meta 51 - Indicador: Construção de sede própria para 40% das Comarcas com sedes locadas ou cedidas	0%
Meta 52 – Indicador: índice de conclusão das construções de sede própria de comarcas e depósito central	23%
Meta 53 - Indicador: índice conclusão de unidades judiciárias	17,39%
Meta 54 - Indicador: Reforma de sedes próprias de Comarcas.	0%

COMENTÁRIOS

Dentro do tema Infraestrutura e Tecnologia foi tratado sobre os seguintes objetivos: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais e Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI, com ênfase na gestão participativa e na interação dos tribunais.

Alinhado a estes objetivos encontram-se os projetos estratégicos: Construção de sede própria; construção de unidades judiciárias; reformas de sedes e programa segurança da informação.

Houve explanação da meta 37 em especial quanto à definição de como são consideradas as unidades seguras. Para cumprimento da meta é necessário que, neste exercício, **mais 3 unidades** sejam consideradas seguras.

Debatidas as metas 38 e 39. A gestora do programa qualidade de vida informou que o projeto de pesquisa do clima organizacional propiciará o monitoramento destas metas.

A Diretora da DINFRA explanou sobre as metas 51, 52, 53, 54. Falou sobre as construções ou reformas nos prédios, bem como sobre quais obras estão paralisadas e ou iniciadas no ano de 2013. Explicou sobre as demandas, tendo em vista as metas estabelecidas no PPA e ainda adequação ao recurso orçamentário existente. Solicitou auxílio às demais diretorias envolvidas na finalização e no funcionamento das unidades, em especial quanto aos bens permanentes e equipamentos a serem integrados nas respectivas construções.

DELIBERAÇÕES DO TEMA

Aprovada a alteração da meta 36, aumento de atendimento pela DTINF de 40% para 50%.

Retirar do sobrestamento a meta 42 e alterar de 100% para 98% o seu cumprimento, proposto pela DTINF que será enviado para RAE para aprovação dos líderes.

Aprovado a retirada do Projeto sala cofre do sobrestamento e passar para o cancelamento do projeto (proposta para RAE). Sendo substituído pelo Projeto Ambiente de Alta Disponibilidade.

Aprovação da apresentação do Projeto Metrotins – o projeto interliga as 4 unidades judiciárias de Palmas por fibra óptica. Será levado para aprovação da RAE, mencionando os riscos envolvidos no projeto, observado pelo Diretor Geral.

Encaminhamento pela DTINF da documentação inicial do projeto Ambiente de Alta Disponibilidade Estratégico à COGES.

Diretor Geral propôs reativar o projeto de reformulação do código de Organização Judiciária (LC 10/1996).

Proposta do Diretor Geral de reativar o projeto, por meio de designação de uma Comissão Especial, pela Presidência, para apresentar minuta de ante projeto de Lei instituindo a novo COJE, de acordo com o atual cenário fixado pelo Processo Eletrônico – e-PROC.

Retorno do projeto jurisprudência, como estratégico, constante no Programa de Gestão 2013/2015.

Aprovação de planilha apresentada pela COGES para preenchimento pelo gestor, informando o resultado esperado de cada projeto, no prazo em até 30 dias.

Política de Segurança da Informação. Aprovado a estruturação do comitê gestor de segurança da informação, como proposta de que o gestor seja fora da área da TI. Proposta a ser encaminhada à RAE dos Líderes para que o gestor seja Desembargador.

Ao final foram elogiados os gestores que conseguiram concluir os seus projetos.

Acompanha esta ata/relatório a lista de presentes.

Finalizando com o Diretor-Geral Flávio Leali Ribeiro com as considerações finais. Nada mais havendo a ser tratado, o Diretor-Geral encerrou a reunião, às 20:30 h. e mandou que se lavrasse a presente ata e eu, Ruto César Moreira Costa, Técnico Judiciário 2ª Instância, extraí que segue assinada por mim,....., pelo Coordenador da COGES e pelo Diretor Geral, que a subscrevem.

Flávio Leali Ribeiro
Diretor Geral - Coordenador da reunião

José Atílio Beber
Coordenador da COGES

Lista dos presentes:

Equipe de Líderes Ampliada

Ana Beatriz de Oliveria Pretto
Sidney Araujo Sousa
Vanusa Bastos
Francisco de Assis Sobrinho
Ronilson Pereira da Silva
Gizelson Monteiro de Moura
Heráclito Botelho Toscano Barreto Junior
Rogério Nogueira de Sousa
Rosane Helena Mesquita Vieira

Acompanhantes e Gestores de Projetos:

Wallson Brito da Silva
Fernando Mendonça Almeida
Diego Botelho Azevedo
Mário Sergio Loureiro Soares
Alessandro A. Back Quezada
Leila Maria Bezerra
Alice Carla de Sousa Setubal
Tania Mara Alves Barbosa
Elizabeth Maria L. B. Pugliesi
Haroldo Carvalho Bento
Ricardo Max Costa
Marcelo Leal de Araújo Barreto

Convidados:

Pauline Sabará de Sousa - ASTJ
Janivaldo Ribeiro Nunes - SINSJUSTO

Equipe técnica

José Atílio Beber
Neilimar Monteiro de Figueiredo
Ana Paula de A. C. Ribeiro
Agnes Souza da Rosa
Ruto César Moreira Costa
Maria das Graças Dias Pinheiro Castro
Alessandra M. P. Adorno